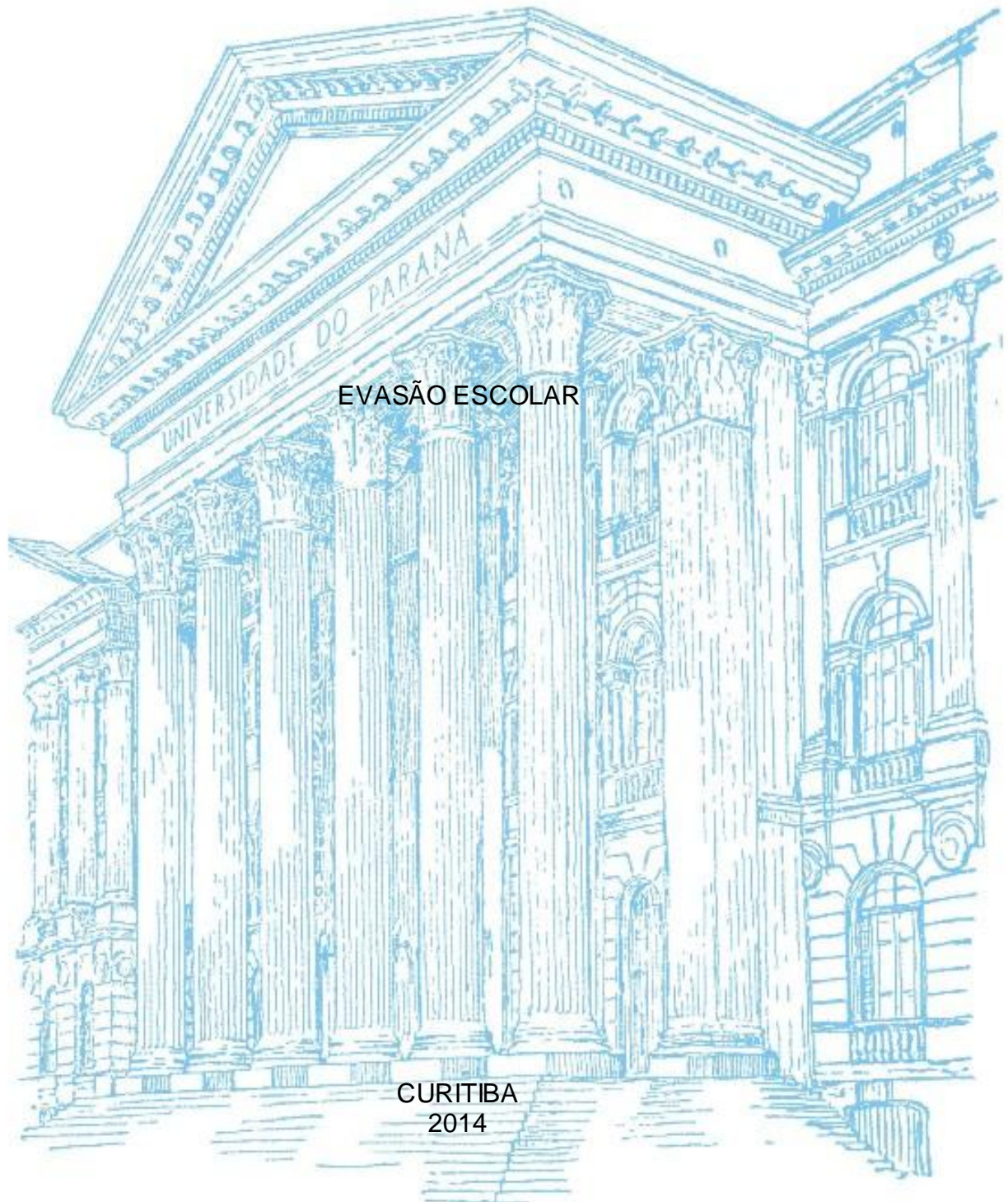


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

CÉLIA REGINA DE ASSIS GULISZ

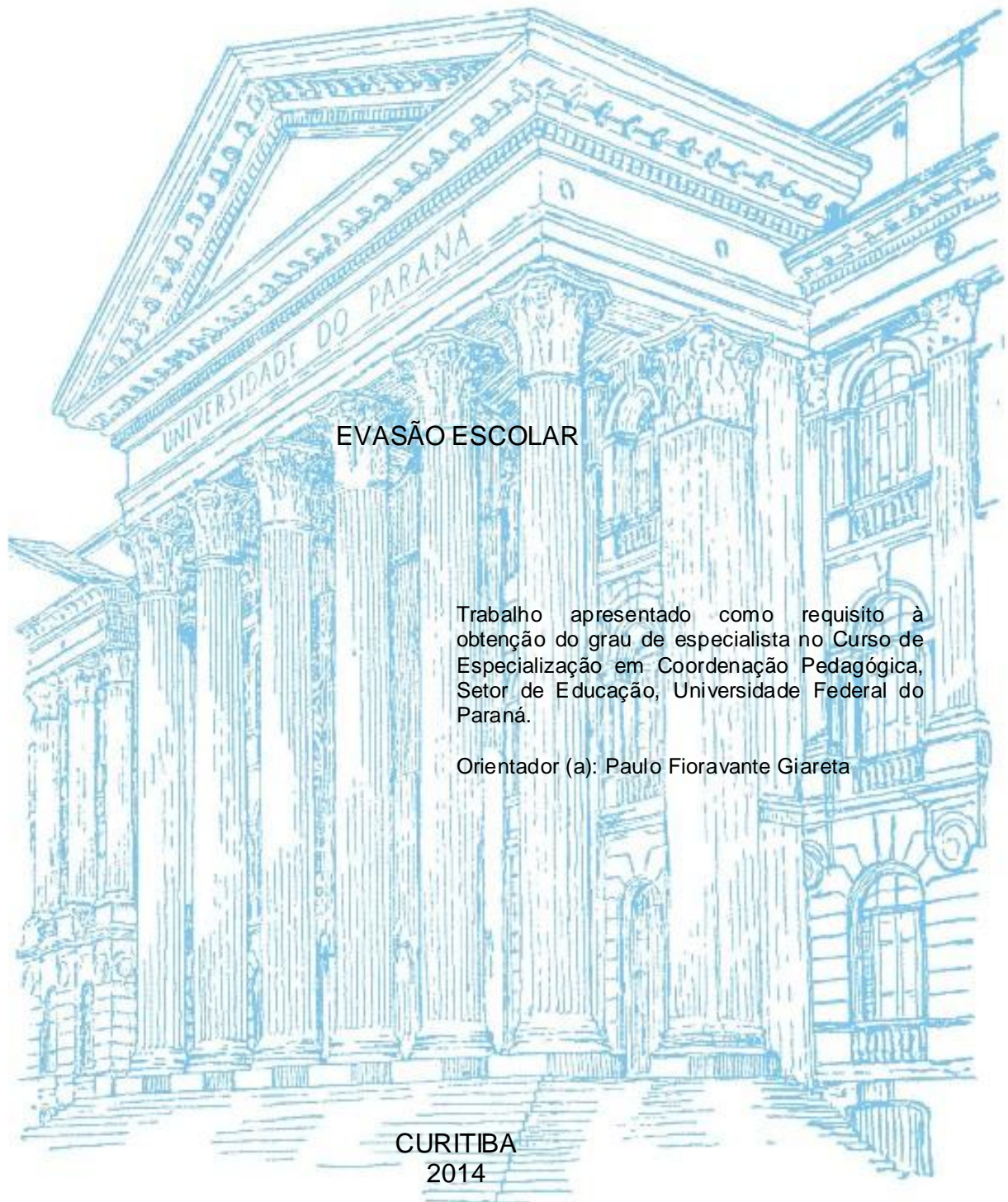


EVASÃO ESCOLAR

CURITIBA
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

CÉLIA REGINA DE ASSIS GULISZ



EVASÃO ESCOLAR

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Paulo Fioravante Giareta

CURITIBA
2014

EVASÃO ESCOLAR

CÉLIA REGINA DE ASSIS GULISZ

RESUMO

A evasão escolar tem se apresentado como um dos grandes desafios à educação brasileira e tende a ser uma das maiores consequências do fracasso escolar. O problema da evasão escolar tem indicado estar em processo de agravamento a cada ano, quer como realidade nacional ou local, via sistemas educativos municipais e estaduais, preocupando gestores, educadores e responsáveis pelas políticas públicas e gerando discussões, estudos e pesquisas entre educadores. Neste estudo deu-se ênfase a análise da evasão escolar a partir do Ensino Médio. Apesar de apresentar causas distintas e diversificadas, percebe-se sempre um ponto comum, para justificar: a necessidade do trabalho, como forma de “ajuda” aos progenitores. Mesmo de aparentes avanços frente a esta discussão escola ainda parece permanecer distante da realidade de seus alunos, com currículos pouco atrativos e conteúdos que muitas vezes não fazem sentido aos estudantes. A falta de políticas públicas efetivas, capazes de atender a estas necessidades também é fator de agrave. Procurou-se com este trabalho um estudo mais aprofundado sobre Evasão Escolar, buscando subsídios para entendê-la a fim de que se possa combatê-la e instrumentalizar a Coordenação Pedagógica da escola frente a este desafio.

Palavras-chaves: Educação; Ensino Médio; Evasão Escolar; Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo, de maneira geral, caracterizou-se pela busca de encontrar alternativas para reduzir a evasão e o abandono escolar, assim como

adquirir conhecimentos e métodos para fazer com que os alunos passem a frequentar com assiduidade a sala de aula. Para tanto, pautou-se pela reflexão teórica acerca da evasão e abandono escolar junto professores, alunos e equipe pedagógica.

Outro aspecto justificador da pesquisa é o da conscientização dos professores quanto a importância de incluir o tema como parte integrante de suas reflexões sobre a prática pedagógica, objetivando diminuir efetivamente a evasão escolar e, desta forma, pensar ações que visem a erradicação da evasão escolar, através do trabalho coletivo de ações permanentes no ambiente escolar.

A pesquisa dos referidos objetivos e justificativos por considerar, a priori, que a temática proposta se apresenta de fato como um problema educacional emergente no contexto educacional contemporâneo. Portanto, apresenta como movimentos teóricos centrais a elucidação do conceito de evasão escolar e sua própria distinção com a ideia de abandono escolar; a identificação dos motivos que levam os alunos e alunas a se evadirem ou abandonarem a escola; bem como indicar formas acenem para a superação da referida problemática.

Vale destacar, de imediato, a própria experiência e sentimento compartilhado pela comunidade escolar que parece habituar-se à sensação de que as salas cheias do início de cada ano letivo, passam, já nas primeiras semanas, a dar lugar as reclamações sobre a desmotivação dos alunos, suas faltas, desinteresse pelas atividades propostas e dificuldades para a aquisição dos conteúdos propostos.

Essa sensação parece corresponder a uma efetiva desmotivação pelo universo escolar, quando nos números oficiais percebemos, conforme indica os dados do Pnad/IBGE 2011, que o Brasil tem uma população de 56,2 milhões de pessoas com mais de 18 anos que não frequentam a escola e não tem o Ensino Fundamental completo, ou seja, cerca de 40% da população acima de 18 anos.

Dados que contribuem para colocar o abandono escolar, aqui especificamente a evasão escolar, no centro das preocupações das políticas educacionais e das agendas de reflexão e estudo dos gestores, educadores e comunidade escolar em geral. Desafio que se apresenta de forma bastante peculiar as coordenações pedagógicas das escolas, uma vez que recai como

uma das atribuições destes profissionais a garantia ao acesso de todos a escola e nela a uma educação de qualidade.

2 A EVASÃO ESCOLAR NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Conforme mencionado anteriormente, a evasão e reprovação escolar aparecem no cenário educacional como um problema significativo, pois suas consequências levam os indivíduos a participarem de processos de exclusão social, uma vez que lhe é negado do acesso às ferramentas de apropriação dos bens culturais historicamente sistematizados.

As legislações em seu conjunto garantem o acesso e permanência a uma educação de qualidade como direito, ocorre, no entanto, no contexto brasileiro, que parece haver um grande distanciamento entre a conquista teórica da lei e sua efetivação prática. A instância de materialidade deste direito, garantido legalmente, é representada pelo espaço escolar, que deveria propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado, bem como o próprio acesso aos rudimentos deste saber. Direito prejudicado pela prática sistemática da evasão escolar.

Razão pela qual a preocupação com a evasão escolar figura como um problema de toda a sociedade e que requer da escola, representada pela comunidade escolar como um todo, um posicionamento efetivo capaz de elucidar as reais demandas sobre a temática em seu contexto concreto.

2.1 A EVASÃO ESCOLAR NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

A evasão escolar é um fenômeno social complexo, definido como interrupção no ciclo de estudos (GAIOSO, 2005). Este fenômeno vem preocupando instituições educacionais em todo o país, uma vez que o abandono escolar entre os alunos acaba por provocar graves problemas, tanto de ordem econômica e acadêmica, quanto sociais.

O Relatório de Desenvolvimento de 2012, divulgado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), indica bem esta

complexidade uma vez que demonstra que o Brasil tem uma taxa de 24,3% de abandono escolar, figurando como a terceira maior taxa entre os 100 países com maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

Vale destacar que a partir do referido relatório o organismo da ONU indica, que mudar esta situação, considerando fatores como o envelhecimento da população brasileira, tornou-se uma demanda urgente e que demandará a intensificação de ações nas próximas décadas, especialmente, pelo impacto desta problemática a partir do indicativo de redução do percentual de trabalhadores ativos.

O documento mostra que o Brasil, apesar de ter avançado nas últimas duas décadas, ainda tem um IDH menor que a média dos países da América Latina e Caribe. O país está na posição 85^a do ranking, que leva em conta além da expectativa de vida e a renda per capita, também, o acesso ao conhecimento, mensurado pelo acesso, permanência e sucesso no processo escolar.

No quadro abaixo é possível observar, de forma sistematizada, os dados comparativos do Brasil em relação a outros países no Relatório do Desenvolvimento de 2012 PNUD¹:

Tabela 1 – Quadro comparativo do Relatório do Desenvolvimento de 2012.

País	Posição no ranking	IDH	População alfabetizada	População com pelo menos ensino médio completo	Taxa de evasão escolar
Noruega	1º	0,955	100%	95,2%	0,5%
Chile	40º	0,819	98,6%	74%	2,6%
Brasil	85º	0,730	90,3%	49,5%	24,3%

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE.

Assim, articulando estas informações que outros dados disponibilizados pelo próprio IBGE (2012), indicando que 37,9% dos jovens brasileiros

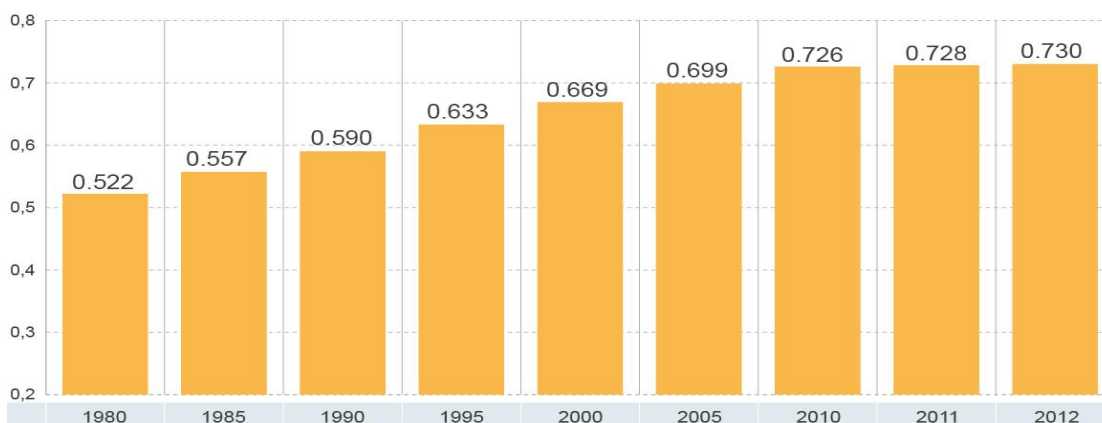
¹ PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

abandonam os estudos, índices que na Europa giram em torno de 17%, podemos perceber as dificuldades que temos para alterar a estagnação brasileira quanto a melhora nos índices de IDH, conforme demonstra a o gráfico 1, abaixo.

Gráfico 1 – Demonstrativo da evolução histórica do IDH brasileiro

Desenvolvimento estagnado

Evolução do IDH brasileiro



Fonte: ONU

Fonte: <http://www.cristovam.org.br/>

O relatório do PNUD também revelou que o Brasil tem a menor média de anos de estudo entre os países da América do Sul.

Segundo o Senador Cristovam Buarque (2014), esses dados de escolaridade são contestados pelo Ministério da Educação. Por meio de nota, o INEP - Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira afirmou que o censo do IBGE de 2011 aponta uma escolaridade média de 7,4 anos por habitante, o que deixaria o país à frente da Colômbia e do Suriname.

O Instituto alega que o PNUD desconsidera 4,56 milhões de crianças de 5 anos matriculadas na pré-escola e em classes de alfabetização, o que elevaria a expectativa de anos estudados no país para 16,7.

Mesmo diante destes dados e contestações dos órgãos, sabe-se que é preciso fazer alguma coisa urgente, ações que venham de encontro com esta realidade e que além de elevar a classificação do Brasil no ranking mundial à preocupação seja efetiva para que todos estejam na escola para aprender, para elevação cultural da classe menos favorecida.

É preciso considerar, ainda, que estes dados geram impactos no próprio orçamento do sistema de ensino, já que a distribuição dos investimentos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB é feita de acordo com o número de alunos que efetivamente estão matriculados.

2.2 EVASÃO ESCOLAR NO ESTADO DO PARANÁ E NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

Conforme escreve Caldas (2006, p. 34), em um artigo publicado no site da Fundação Perseu Abramo:

[...] A evasão escolar é um problema complexo e se relaciona com outros importantes temas da pedagogia, como formas de avaliação, reprovação escolar, currículos e disciplinas escolares. Para combater a evasão escolar, portanto, é preciso atacar em duas frentes: uma de ação imediata que busca resgatar o aluno "evadido", e outra de reestruturação interna que implica na discussão e avaliação das diversas questões enumeradas acima. Além disso, em parceria com o poder judiciário, é importante realizar campanha de esclarecimento, mostrando que o estudo formal é um direito da criança e do adolescente e que, o responsável pode inclusive responder "processos por abandono intelectual" quando seus filhos evadem dos bancos escolares. Com os Conselhos Tutelares, é importante realizar projetos de complementação de renda e acompanhamento psicológico.

Quando o aluno regularmente matriculado abandona a escola, fica claro que existe uma barreira entre aluno e escola que precisa ser quebrada. São muitos os motivos do abandono, de ordem social, econômica, cultural, ou até metodológica.

Pelo menos 12 adolescentes deixam a escola em Curitiba a cada dia letivo. O número refere-se à média de abandonos registrados em cinco dos nove conselhos tutelares da capital, nos meses de fevereiro, março e abril deste ano. Foram 617 casos cadastrados no período nas regionais do Pinheirinho, Boa Vista, Portão, Cajuru e Bairro Novo. Nas demais – Santa Felicidade, Boqueirão, Matriz e CIC –, o problema também existe, mas a incidência é menor. Os casos referem-se a escolas públicas estaduais e envolvem adolescentes matriculados da 5ª série do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio.

Embora os casos tenham sido registrados nos conselhos tutelares, para a Secretaria de Estado da Educação - SEED eles ainda não são computados como abandono. Isso porque as matrículas desses estudantes continuam vigentes – teoricamente, eles ainda podem voltar para as escolas. O controle da secretaria é anual e divulgado ao fim de cada ano letivo.

O projeto FICA COMIGO do governo do Estado, responde como um dos projetos criado para garantir que as crianças não fiquem fora da escola, impedindo que os números da evasão escolar, motivada por vários fatores históricos, sociais e mesmo educacionais, continuem a crescer no Paraná em proporções alarmantes.

Com este Programa, a secretaria busca confirmar a concepção democrática da escola como direito de todos, não apenas um direito legal, com a preocupação com situações que impeçam a permanência ou o acesso de crianças e adolescentes na escola. Com a implantação de um documento denominado FICA, pretende-se criar uma rede de enfrentamento á evasão escolar, promovendo a inserção, no sistema educacional, das crianças e dos adolescentes que tenham sido excluídos.

Utilizando os programas oferecidos pela nossa mantenedora, Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED, que elaborou, em parceria com o Ministério Público e Conselhos Tutelares, entre outros, o já denominado projeto FICA, em que a frequência do aluno é controlada e são tomadas medidas para evitar o abandono escolar, é possível afirmar, embora os números ainda sejam altos, que a partir do final de 2005, período que marca o início do desenvolvimento do programa, houve uma diminuição do abandono escolar no Município de Curitiba.

O desenvolvimento do programa se dá da seguinte forma: a equipe pedagógica da escola, ao detectar que o aluno apresenta sete faltas alternadas ou cinco faltas consecutivas, notifica a família para levantar o motivo das faltas. Detectado o motivo, são tomadas providências a nível pedagógico. “Quando a providência pedagógica não resolve, é preenchida a ficha referente ao programa FICA” e encaminha-se esta ao Núcleo Regional de Educação que acrescenta ao seu banco de dados e encaminha ao Conselho Tutelar Regional para que sejam tomadas providências cabíveis a este órgão, caso não se

resolva a questão, encaminha-se ao Ministério Público. Estas medidas são tomadas para garantir a permanência do educando menor de idade na escola.

A SEED oferece ainda eventos que envolvem alunos de todo o Estado, como o FERA, um programa em que há projetos voltados à arte e à cultura, e do COM CIÊNCIA, feira em que são expostos os trabalhos científicos dos alunos. Estes, indicam aumentar o interesse dos alunos pelo ambiente escolar, contribuindo para diminuir o percentual de evasão escolar.

Após o estudo sobre o histórico da educação e sobre as políticas educacionais que são adotadas para o ensino no Estado do Paraná, podemos indicar, sinteticamente, que, tratando-se especificamente do combate à evasão escolar e a conseqüente melhoria do ensino público, consolidam-se as seguintes propostas: progressivo investimento em formação continuada dos professores da rede; criação de espaços e oportunidades para discussão teóricas e experimentações práticas de métodos de ensino inovadores para os alunos que cursam a etapa final da Educação Básica; e a criação de mecanismos de incentivo à busca de conhecimento, tanto para os alunos, quanto para os professores.

Iniciativas que se somam a estratégias de gestão como reservar parte do calendário escolar para que os professor discutam, coletivamente, questões relativas ao aprofundamento dos saberes que são necessários para implementar sua prática pedagógica; elaboração de instrumentos para avaliação do desenvolvimento do trabalho pedagógico; e a elaboração de parcerias com as Instituições de Ensino Superior para que estas instituições conheçam a realidade do “chão da escola”, direcionando assim a formação do docente para atender as necessidades reais.

Convém destacar, ainda, que o combate a evasão escolar é um compromisso não só dos educadores ou do Estado, mas de toda a sociedade. Para que tenhamos êxito nessa iniciativa está sendo proposto, no âmbito do Estado do Paraná, a criação de uma Rede de Inclusão, de modo a reunir agentes e instituições que se comprometam a investigar as causas dos problemas e, com base em diagnósticos precisos, buscar soluções para eliminar as dificuldades enfrentadas por um contingente expressivo de crianças e jovens e suas famílias, para manter em curso regular a sua educação.

Proposição que se respalda na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9394/96, que ao tratar da frequência escolar, em seu Capítulo 3 § VI, destaca que, “o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de 75% do total de horas letivas para a aprovação”.

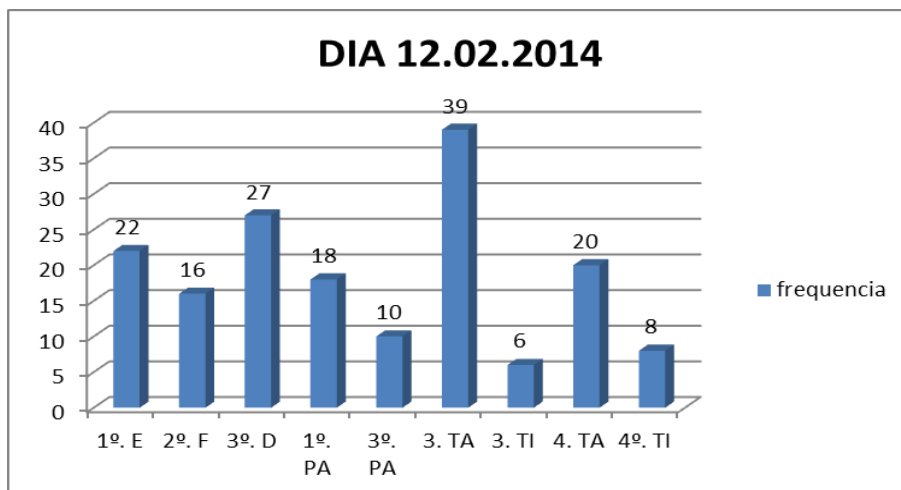
No Colégio Estadual Bento Munhoz da Rocha Neto que responde como objeto analítico central deste trabalho e que é o campo de atuação profissional da pesquisadora, percebe-se que as ações de enfrentamento da evasão escolar estão contempladas no próprio PPP - Projeto Político Pedagógico da Instituição.

A experiência histórica da instituição mostra que o período noturno é o mais desafiador quanto ao problema da evasão escolar. Desafio que é atendido a partir da seguinte metodologia: após três faltas consecutivas o professor avisa a equipe pedagógica; a escola sugere à mantenedora que disponibilize um professor na escola para cobrir a falta de professores, que impacta na motivação dos alunos; solicitação à mantenedora da presença de um psicólogo ou assistente social na escola; garantir atendimento direto ao aluno no setor pedagógico sempre que necessário; acompanhamento sistemático, via levantamento de dados, sobre os reais motivos da evasão escolar.

O referido levantamento de dados, inclusive, foi incorporado à presente pesquisa como forma de acesso à realidade escolar. A proposta se materializa no levantamento de dados contínuos e a partir de dias aleatórios, mas que possibilite leituras e acompanhamento da frequência dos alunos em sala de aula.

O gráfico 1 diz do levantamento da frequência dos alunos na primeira semana de aula do ano letivo de 2014, especificamente, do terceiro dia letivo. Para efeito de análise compreende-se 1º E, 2º F e 3D(Primeiro , segundo e terceiro ano do Ensino Médio por blocos), 1º PA e 2º PA (Pós Médio, ensino subsequente primeiro e segundo período) 3º TA, 3º TI, 4º TA e 4º TI (Ensino Médio Profissionalizante Administração e Informática, terceiros e quartos anos.)

Gráfico 1 – Frequência em sala de aula no terceiro dia letivo.



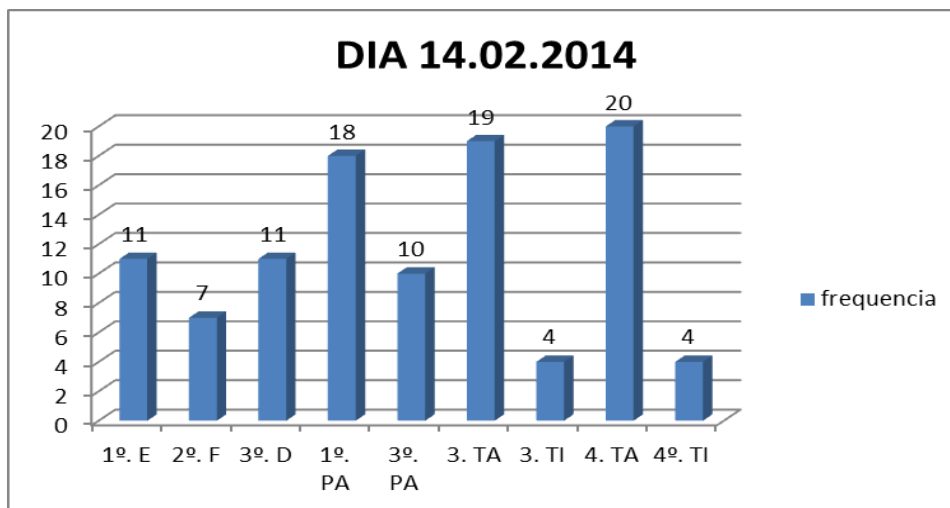
Fonte: Gráfico organizado pela autora

Embora não vamos nos concentrar, aqui, na discussão dos motivos da ausência dos alunos em sala, é possível afirmar que o gráfico 1 possibilita a percepção imediata de que já no terceiro dia de aula a ausência dos alunos em sala é bastante acentuada.

Ao compararmos o gráfico 1 com o gráfico 2 que mostra o levantamento feito dois dias após, ou seja no quinto dia letivo do ano podemos perceber que a ausência ganha contornos de regularidade, uma vez que ela só aumenta.

Convém observar que o gráfico 2 diz de uma sexta-feira, dia letivo da semana caracterizado como tradicionalmente como o dia menos frequentado pelos alunos, especialmente no período noturno.

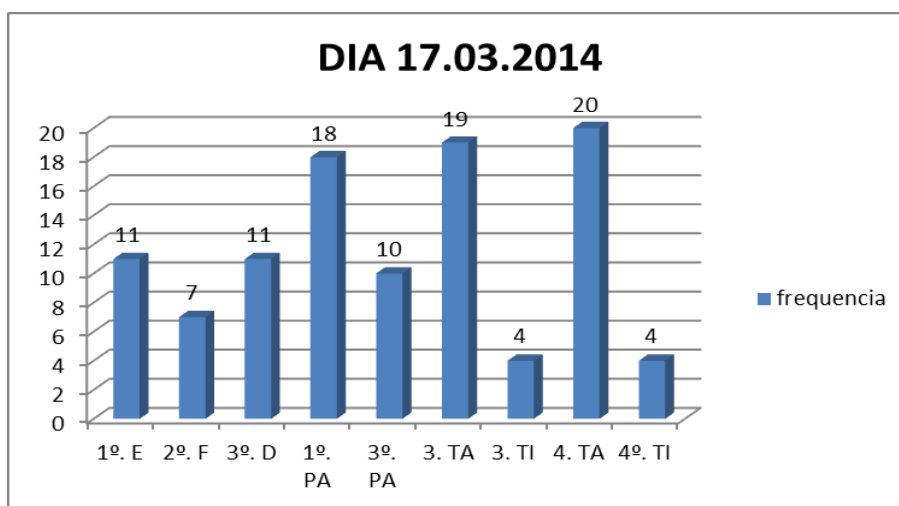
Gráfico 2 – Frequência em sala de aula no terceiro dia letivo.



Fonte: Gráfico organizado pela autora

Conferindo um espaçamento de um mês, ou seja, voltando a proceder o mesmo levantamento mês março de 2014, mesmo que sendo numa segunda-feira, percebe-se que os índices são correspondentes ao da sexta-feira pesquisada no mês de fevereiro, portanto, com maior ausência de alunos em sala que na quarta-feira do mês de fevereiro.

Gráfico 3 – Frequência em sala de aula no 37º dia letivo

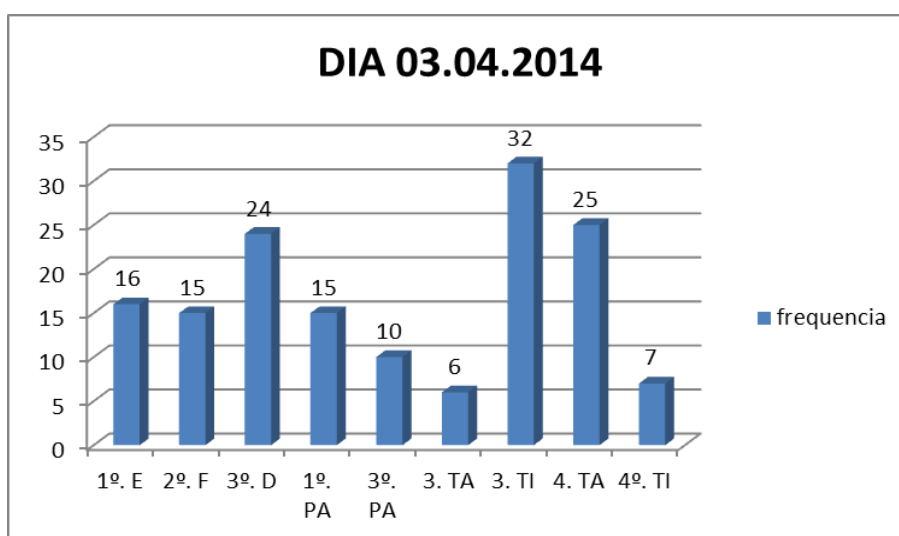


Fonte: Gráfico organizado pela autora

O gráfico 3 mostra, também, que após um mês de aula a frequência dos alunos do Ensino Médio ainda se mostra deficitária em relação aos cursos técnicos. Há turmas que parecem manter a frequência já indicada anteriormente, com faltas de alunos na margem dos 50%.

O levantamento feito em uma quinta-feira do mês seguinte, ou seja, do mês de abril, embora apresente algum nível de alteração não pode ser comemorado como significativo, especialmente nas turmas do Ensino Médio, mantendo o índice de ausência em torno dos 50% já indicados anteriormente. Parece que o Ensino Técnico começa a apresentar picos de ausência preocupantes, apesar da pesquisa ter sido feita próximo ao final de semana, numa quinta-feira, dias que caracteristicamente apresentam uma maior ausência dos alunos de Ensino Técnico.

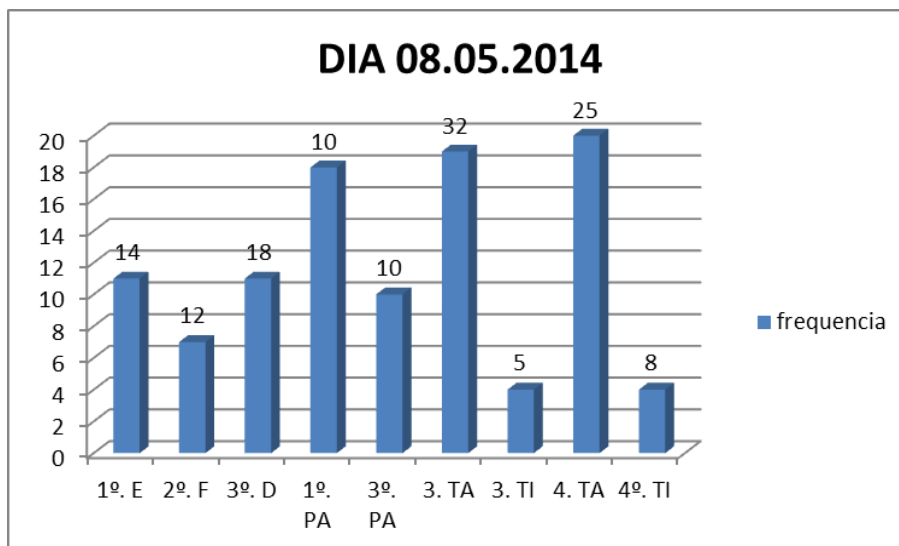
Gráfico 4 – Frequência em sala de aula no 53º dia letivo



Fonte: gráfico organizado pela autora

Por fim, no levantamento feito no mês de maio, período posterior ao término do primeiro bimestre/trimestre, continua a indicar a frequência, especialmente dos alunos do Ensino Médio, como deficitária, especialmente em relação a primeira semana de aula, já os alunos que frequentam o Ensino Profissionalizante tiveram sua frequência acrescida em relação ao mesmo período.

Gráfico 5 - Frequência em sala de aula 88º dia letivo



Fonte: Gráfico organizado pela autora

Um fato que parece marcar este levantamento é a constatação de que a Evasão Escolar apresenta-se prematuramente, logo no início das aulas. Talvez pela falta de perspectivas dos alunos, talvez pela falta de condições da escola de acolher este educando buscando um ensino que realmente lhe envolva e se mostre significativo, aplicável em sua vida.

Acredita-se que o Direito à Educação tão debatido e comentado no contexto político e social brasileiro se efetua quando oferecemos uma escola de qualidade aos nossos alunos. Quando a sala de aula é um local de aprendizagem e não de fuga. Quando o direito do educador de ter condições para ministrar suas aulas é garantido, quando não falta material, quando há interesse do poder público de garantir uma educação de qualidade.

Preocupações que viabilizou outras formas de levantamento de dados e informações no contexto desta pesquisa. Levantamento que se efetivou pelo desenvolvimento de uma pesquisa, via aplicação de um questionário com pergunta única, a grupo de professores e de alunos da escola.

3 EVASÃO ESCOLAR E O PAPEL DO PROFESSOR

As discussões pedagógicas diante dos desafios apresentados à escola no contexto contemporâneo parece ter possibilitado a crença de que os conhecimentos adquiridos e repassados ao longo da história devem ser

disponibilizados aos alunos, atualmente, de forma contextualizada, ou seja, que o aluno possa significar seu contexto histórico a partir do acesso ao saber escolar.

Assim, passamos a identificar e reconhecer a escola como lócus privilegiado para o acesso a cultura. Razão que por si só deveria justificar o acesso e permanência dos estudantes no ambiente escolar e ao professor o desejo de contextualização constante da prática educativa enquanto vinculação significativa da cultura escolar ao contexto cultural do educando.

Razão pela qual passamos ao levantamento da própria compreensão do papel do professor, como mediador das intencionalidades pedagógicas na prática escolar, diante da demanda da evasão escolar.

O referido levantamento se deu pela aplicação de um questionário com pergunta única para os professores e para os alunos da escola. A pergunta versa sobre a opinião dos mesmos do porquê acontece a evasão escolar.

Convêm, metodologicamente, lembrar que a escola objeto da pesquisa Colégio estadual Bento Munhoz da Rocha Netto, Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante, situado no bairro Pilarzinho, cidade de Curitiba, estado do Paraná diz da Escola. O questionário foi aplicado e respondido por um conjunto de seis professores, envolvendo também profissionais que trabalham na gestão da escola, coordenação pedagógica e os professores especialista propriamente dito e por um conjunto de cinco alunos dos diferentes níveis e modalidades, ou seja, Ensino Médio, e Ensino Técnico Profissionalizante.

Preservando a identidade dos profissionais e alunos envolvidos na pesquisa vamos, aqui, identifica-los como professor 1, 2, 3, 4, 5, 6 e e aluno 1, 2, 3, 4 e 5.

A análise da resposta dos professores sobre os fatores que ocasionam a evasão escolar indica, inicialmente, para um posicionamento bastante genérico e pouco preciso, como do professor 1 ao afirmar que “existem vários fatores” e do professor 5 afirmando que “são muitos os fatores”.

Contudo, um olhar mais detalhado das respostas possibilita perceber que os professores especialistas, aqueles que estão em sala vinculada a alguma disciplina específica, indicam caracterizações já bastante consensuadas no contexto educacional, tais como: a falta de motivação familiar, como indica o professor 1, “percebe-se maior nas famílias que não

motivam ou não incentivam seus filhos”; prioridade ao trabalho, como indica o professor 2, “o aluno acaba dando prioridade para o trabalho. Não vê no estudo uma possibilidade de melhorar a sua condição profissional”, na fala do professor 5, “tem que trabalhar. Como trabalhar e estudar acabam não dando conta, acabam evadindo-se” e na fala do professor 6, “trabalho tem que abandonar a escola”; e, ainda, a não motivação do aluno, categorização também indicada pelos professores que trabalham em funções de gestão e de coordenação pedagógica na escola, conforme indica o professor 1, “o aluno não vê sentido em permanecer na escola, ficar sentado horas, não tem motivação” e a fala do professor 4, que “acredita que é a falta de vontade, desmotivação dos alunos. Não se pode colocar boa vontade nas pessoas. É uma juventude cansada.

Outra caracterização que emerge da fala dos professores é a da falta de atratividade, sentido e apoio da escola aos alunos. A professora 5 traduz bem esta categorização ao afirmar que a “escola não é inclusiva, acaba excluindo os alunos com mais dificuldades problemas. Não tem mecanismo de apoio” e ainda, “quando o aluno tem dificuldade não há apoio para que consiga superar, como consequência acaba desistindo. Escola está distante da realidade. Tudo avançou menos a Escola”.

Por fim, evidencia-se, ainda, uma caracterização muito usual entre os profissionais que trabalham na função de coordenação pedagógica, que é da desmotivação do professor, traduzida, aqui, na fala do professor 3

Percebe que na maioria das vezes o professor não faz nada para melhorar, não se utiliza de novas metodologias, novas dinâmicas que atraiam os alunos para que não aconteça a evasão. Incentivo individual do professor. Valorização da escola pelo docente. Não percebe a preocupação para que o quadro se reverta. Continuam trabalhando da mesma forma, sem se importar com o que está acontecendo ao redor.

As categorias evidenciadas na fala dos professores também aparecem na fala dos alunos. Como se fosse uma cultura ou discurso corrente no ambiente escolar os alunos indicam praticamente as mesmas categorias que os professores já apontaram.

Assim, podemos identificar categorizações como a prioridade ao trabalho como indica o aluno 3, “a maioria dos alunos tem que trabalhar durante o dia, acabam não tendo tempo de realizar as atividades” e o aluno 5 que “acredita que por causa do trabalho, pois chegam muito cansados e não tem vontade de estudar”; e a motivação do aluno conforme enfatiza o aluno 1 ao afirmar que a “preguiça, os jovens hoje em dia são muito fracos, não aguentam as coisas, não veem futuro em estudar, buscam as coisas mais fáceis” e o aluno 2 ao reconhecer que há “falta de vontade, por parte dos estudantes. Frequentam as aulas porque são obrigados pelos pais e acabam gazeando e não frequentando”.

O aluno 4 apresenta uma nova categoria a discussão que é a dos alunos que já são casados e tem filhos, “não é só o trabalho, há também casos das pessoas com filhos, casadas, marido não deixa.

Vale destacar que os alunos não apontam para categorias fortemente caracterizadas pelos professores que é a da motivação do professor, do apoio e suporte da escola e até mesmo da atratividade metodológica da aula do professor. Percebe-se, também, que os alunos centram nas categorias que os autores responsabiliza como a motivação pessoal e das exigências sociais como da necessidade de trabalhar.

4 IMPLICAÇÕES AO TRABALHO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA COMO CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estatísticas educacionais oficiais nos países da América Latina vêm mostrando que a evasão escolar parece ser o principal entrave ao aumento da escolaridade e da competência cognitiva de sua população jovem.

Algumas das principais políticas para a educação no País, hoje, centram-se sobre a “correção do fluxo escolar”, isto é, a diminuição dos índices de evasão e repetência, assim como as diversas práticas de “aceleração.

É sintomático perceber que o esforço das famílias brasileiras em manter seus filhos na escola não se traduz numa escolarização mais competente. Tudo leva a crer que nunca houve uma real função educadora de forma autossuficiente da escola.

Aos pais parece interessar mais a frequência à escola do que a sua qualidade. É impressionante o fato de que no Brasil, hoje, a população escolar frequente a escola de 1º Grau, em média, por mais de 8,5 anos, conseguindo terminar, em média, apenas 6 séries. E nada ou pouco se sabe, do ponto de vista cognitivo, o que significam estas 6 séries?

O fracasso escolar não tem determinante somente em aspectos específicos, não depende apenas da capacidade ou vontade individual ou da família do aluno, mas é preciso compreender que a condição econômica social tem grande peso nesse processo. É importante levar em conta que sem ruptura com as relações sociais que estão sob o controle do sistema do capital não poderá haver mudanças profundas no sistema educacional.

Os estudos analisam o fracasso escolar a partir de duas abordagens: a partir dos fatores externos à escola e a partir de fatores internos. Alguns referenciais teóricos contribuem no sentido de mostrar a evasão e reprovação escolar como consequência social e não como condição individual, sem, contudo, desenvolverem uma crítica clara e contundente ao sistema do capital. Também são apresentados elementos da teoria marxista com o intuito de chamar a atenção para fatores macrossociais como determinantes da evasão escolar

Refletindo sobre alguns problemas educacionais brasileiros não há dúvida de que o sistema educacional brasileiro sofre problemas muito sérios. Como aponta Pileti (2002), se o esforço, nas últimas décadas, em garantir a universalização do ingresso no sistema educacional possibilitando o acesso de 95% das crianças de sete a catorze anos à escola pública, vale destacar que apenas 43% terminam o ensino fundamental.

Mais precisamente, apenas dois quintos das crianças de faixa etária de sete a catorze anos concluem as quatro séries iniciais e menos de um quarto concluem-nas sem repetência. Quase dois terços dos alunos estão acima da faixa etária correspondente a sua série e somente 13% completam o curso com idade adequada, sendo que a maioria dos alunos repetentes são provenientes de camadas sociais desfavorecidas (PILETI, 2002).

A evasão e reprovação escolar aparecem no cenário educacional como um problema significativo, pois suas consequências levam os indivíduos ao que se chama “exclusão”, ou seja, é também um problema social. As leis garantem

o direito à educação, ocorre que há um grande distanciamento entre estas e a práticas.

O olhar do diretor, da equipe pedagógica frente há tão grave problema deve focar, o que não pode ser visto, o que está atrás das portas das salas de aula. Não há sucesso sem comprometimento de todos. O trabalho na educação precisa de conscientização, do envolvimento de todos em prol do conhecimento. Há a necessidade da fertilidade do trabalho, de um diálogo permanente entre os pares, que contraste os diferentes resultados e interpretações produzidas a partir das diferentes escalas dos complexos problemas da educação.

Assim, o trabalho da coordenação pedagógica no combate á evasão escolar é bastante árduo e muitas vezes solitário. Percebe-se junto ao professor que ele não se considera como um agente da Evasão Escolar. Sua fala é bastante pontual e atribuída ao educando pois na maioria dos relatos acreditam estar fazendo a sua “parte” e são os alunos que pelos mais variados motivos acabam desistindo.

Sua posição enquanto docente, na maioria das vezes, não é levada em consideração, não aceitam orientações quanto á necessidade de mudanças pedagógicas, novas metodologias, reafirmando sempre que “fazem de tudo” mas os alunos são desinteressados, indisciplinados, preguiçosos. Discurso, inclusive, que parece já ter sido assumido pelos alunos.

O aparato avaliativo parece mais causar revoltas do que resultados. O s professores relatam, comumente, que explicaram, deram todas as chances, mas que há muito descaso dos educandos pela disciplina e que não sabem o que fazer, pois já fizeram de tudo.

O corpo docente de uma instituição escolar, muitas vezes é algo bastante difícil de se intervir pois aparentemente aceitam a orientação recebida mas o trabalho em sala de aula continua o mesmo e o resultado percebe-se em salas de aula cada vez mais vazia.

O cotidiano escolar é muito revelador e suas estruturas muito fixas, difíceis de serem mexidas, pois são poucos os docentes que aceitam intervenção na sua prática. O trabalho com os pais, responsáveis também vem na contramão pois não é difícil de se perceber que os próprios pais, responsáveis apoiam a decisão de seus filhos em deixar de estudar.

No primeiro trimestre do ano letivo de 2014, foi realizada na escola em questão, uma pesquisa via telefone com os pais ou responsável dos alunos para saber o motivo de suas faltas e a equipe pedagógica foi surpreendida pelas respostas, pois em sua maioria tinham ciência das faltas/desistências justificando que estavam trabalhando, e não poderiam deixar de trabalhar para estudar, que deveríamos entender isso e outros que estão cansados, que voltarão o ano que vem. Poucos demonstraram consciência apoiando a escola.

Diante de todas essas informações conclui-se que o trabalho junto à Evasão Escolar exige um enfrentamento coletivo e constante. Começa com a conscientização aluno X família que diariamente precisa ser realimentado.

O papel do docente é fundamental neste processo e vai desde o seu planejamento, avaliações até uma retomada de consciência intervindo de maneira eficaz no processo, não se tornando um inimigo do educando mas sim um parceiro.

Somados estes movimentos e a mais a necessária incidência para geração de políticas públicas efetivamente comprometidas com a educação de qualidade consolidam o desafio da Coordenação Pedagógica da escola frente a evasão escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

ARCO-VERDE, Y.F. de S.. **Documento da Secretaria de Estado da Educação do Paraná**. SUED/SEED, 2006;

ARROYO, M.G. "**Educação e exclusão da cidadania**" In; BUFFA, Ester. Educação e cidadania: quem educa o cidadão. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1993;

BOURDIE, P. **Escritos de Educação**. 8ª ed. Rio de Janeiro, editora Vozes, 1998;

BRANDÃO, A. de O.; OLIVEIRA, de A. **Combatendo Evasão Escolar**. Santa Maria/RS. Programa Silva de Gestão Pública e Cidadania, 1998, FGV/SP;

BRANDÃO, Z. et al. **O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v.64, nº 147, maio/agosto 1983, p. 38-69;

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, Brasil.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Parecer nº 11/2000**. Brasília: Câmara de Educação Básica. 2000.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Infantil e Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. **Elaboração de políticas e estratégias para a prevenção do fracasso escolar – Documento Regional Brasil: Fracasso escolar no Brasil: Políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar**. Brasília: MEC. 2005.

BUARQUE, C. **ONU sugere que Brasil adote "políticas educacionais ambiciosas"**. Disponível em: <http://www.cristovam.org.br/portal3/internacional/5260-onu-sugere-que-brasil-adote-qpolíticas-educacionais-ambiciosasq.html> Acesso em 22/03/2014.

CHARLOT, B. **Da Relação com o Saber. Elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CALDAS, E. de L. **Combatendo a evasão escolar**. Disponível em <http://www2.fpa.org.br> Acesso em 18/05/2014.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **Ensino Médio Ciência, Cultura e Trabalho**. Brasília: Unesco/Secretaria de Educação Média e Tecnológica. 2004, p.340;

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez, 2003;

LOPES, N. **Como combater o abandono e a evasão escolar**. In: Revista NOVA ESCOLA. Sessão Gestão Escolar. Edição 007, ABRIL/MAIO 2010. Título original: Ninguém fica de fora. Disponível em < <http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/como-combater-abandono-evasao-escolar-falta-alunos-abandono-acompanhamento-frequencia-551821.shtml>> Acesso em 20/05/2014.

PARANÁ. **FICA comigo**/Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Assessoria de Relações Externas e Interinstitucionais. Curitiba: SEED-Pr., 2005, p.32

PILETTI, C.; PILETTI, N. **História da Educação**. São Paulo, Editora Ática, 2002.